

OS DESAFIOS ECONÓMICOS E SOCIAIS E A ESTRATÉGIA DE LISBOA

Assembleia da República, 30 de Maio de 2007

José A. Silva Peneda

1. Os Desafios do Futuro da Europa é a designação que serve de pano de fundo a este ciclo de conferências, em boa hora organizado pela Assembleia da República.

Se me perguntam qual é o maior dos desafios do futuro da Europa, respondo que é tentar manter em cena os valores essenciais que estiveram na base do modelo social com quem convivemos durante as últimas seis décadas.

Como na primeira conferência deste ciclo se pede para abordar os desafios económicos e sociais, no quadro da Estratégia de Lisboa, eu diria que essa estratégia é uma boa tentativa de resposta a esse grande desafio.

2. O projecto europeu registou, ao longo das últimas seis décadas, sucessos verdadeiramente notáveis, entre outros aspectos, na consolidação da paz, criação de riqueza, redução das desigualdades e garantia do acesso universal ao ensino e aos sistemas de saúde.

Os diferentes países que foram aderindo à União Europeia fizeram-no numa perspectiva de integração económica e política e a perda voluntária de soberania, que cada um cedeu para o conjunto, teve com base os valores comuns que estão na génese do projecto europeu.

Foi ainda a força atractiva daquele conjunto de valores, a que também chamámos modelo social europeu, que possibilitou a livre integração no perímetro europeu de milhões de cidadãos, até há bem pouco tempo subjugados ao totalitarismo comunista.

3. Mas o mundo mudou muito e continua a mudar a um ritmo a que nunca se tinha assistido anteriormente e, por causa de todas essas mudanças, onde tudo influencia tudo, o modelo social europeu não podia ficar imune.

De todos os factores de mudança, a evolução demográfica europeia e a globalização são as duas causas mais importantes que vieram contribuir para perturbar o equilíbrio do modelo social europeu.

No que respeita à evolução demográfica, a Europa vê-se confrontada com um problema que não tem precedente na sua história mais recente.

Em 2030, a União Europeia terá menos 18 milhões de jovens do que actualmente.

Em 2050, terá uma população inferior em 60 milhões.

Até 2030, o número de pessoas com mais de 65 anos aumentará em 40 milhões, enquanto o número de pessoas com idades compreendidas entre 15 e 64 anos diminuirá em 21 milhões.

O rácio entre pessoas inactivas e activas aumentará dos actuais 49% para 66%, em 2030.

A evolução demográfica europeia vai criar sérios problemas à sustentabilidade financeira dos sistemas de segurança social.

Mas as consequências desta evolução vão ser muito mais profundas porque uma estrutura etária em que o peso da população idosa será muito elevado, vai fazer com que a sociedade europeia do futuro venha a ser muito diferente daquela que hoje conhecemos.

A evolução demográfica na Europa vai provocar alterações substanciais em muitos aspectos, entre os quais aqueles que irão afectar a concepção de políticas públicas, nomeadamente as que se referem às políticas fiscais, da segurança social, de imigração, do ordenamento de território, do ambiente, da educação, da cultura, das relações laborais, da família, dos tempos livres e do lazer.

Olhemos agora para o outro factor que contribui para perturbar o equilíbrio do modelo social europeu, a globalização.

Este fenómeno tem tido como consequência a reestruturação de quase todos os sectores da economia, dos mercados de trabalho e das relações sociais, com o objectivo de busca de maiores níveis de competitividade.

Definitivamente, a globalização não é um assunto da economia.

A este respeito, cito o prémio Nobel Joseph Stiglitz: “O debate sobre a globalização tornou-se tão intenso, não só por causa do bem estar económico, mas também por causa da própria natureza da nossa sociedade, mesmo porque talvez esteja em

causa a própria sobrevivência dessa sociedade tal como a conhecemos até aqui”.

De facto, o Mundo e a Europa estão a atravessar um tempo de enormes e dramáticas mudanças.

Reparemos, em primeiro lugar, que no que respeita ao continente europeu, essas mudanças não afectam de igual modo as diferentes parcelas do seu território e há regiões onde o impacte social dessas mudanças é muito mais significativo do que noutras, como é, por exemplo, o caso do Norte de Portugal.

Com o encerramento ou a deslocalização de muitas unidades industriais, com o desaparecimento de sectores que representavam a base económica da economia dessas regiões o desemprego vem aumentando, a desconfiança instala-se e gera-se um clima de intranquilidade e de medo sobre o futuro, que não pode ser ignorado.

Nestas circunstâncias, em que o desemprego grassa, o pior não é a perda de rendimento dos cidadãos afectados e das suas famílias.

Muito pior é o que está por trás dessa situação e que tem a ver com a perda de confiança em si próprio e nos outros.

Daí que tenha que saudar como aspecto muito positivo a iniciativa da Comissão Europeia em criar o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, destinado precisamente, não para apoiar empresas, mas sim para apoiar os trabalhadores vítimas de situações originadas pela deslocalização, como consequência do fenómeno da globalização.

Essa decisão tem uma leitura política.

Pela primeira vez, as três instituições europeias – Parlamento Europeu, Conselho e Comissão – reconheceram que a globalização se apresenta aspectos positivos, também provoca consequências negativas na vida de muitas famílias e regiões europeias.

Como é que se pode querer mobilizar a simpatia dos cidadãos para o projecto europeu quando a Europa apresenta a globalização como uma espécie de fatalismo e não mostras sinais de querer controlar de algum modo a evolução do fenómeno?

O Fundo de Ajustamento à Globalização, criado por iniciativa directa do Presidente José Manuel Durão Barroso, representa a primeira resposta lúcida face a problemas sociais criados na Europa, como resultado da globalização.

Sendo esta uma resposta positiva não deixa, contudo, de ser uma resposta reactiva.

Não se espera que a União Europeia venha apenas a reagir perante o fenómeno da globalização.

O que se espera da União Europeia é que dê mostras de controlar os aspectos mais decisivos do processo.

Hoje parece claro que a globalização vai provocar alterações substanciais nas regiões europeias, cuja base económica seja constituída por sectores mais vulneráveis, como é o caso, por exemplo, dos têxteis e do calçado.

A nível interno, a política de coesão não pode deixar de ter em conta este tipo de evolução e parece urgente começar a preparar instrumentos que permitam proporcionar a alteração do perfil produtivo dessas regiões, com o mínimo custo social possível.

Este será um teste decisivo para mostrar aos cidadãos que os valores fundamentais do projecto europeu ainda podem ser mobilizados.

Mas será a nível externo que o papel da União Europeia poderá ser mais determinante, especialmente na forma como se posicionar face a questões decisivas que se irão desenvolver num quadro previsível onde Brasil, Rússia, Índia e China irão representar papéis fundamentais nos próximos anos.

O conjunto destes países representará, nos próximos vinte anos, mais de metade da economia mundial.

A paz social nesses países só poderá ser assegurada se as futuras potência mundiais dominantes puderem garantir o cumprimento dos direitos humanos e o exercício das liberdades fundamentais, ao mesmo tempo que a integração dos mercados se for operando.

Neste contexto, a Europa não pode apenas limitar-se a assistir.

Pelo contrário, deve assumir como uma das suas grandes prioridades a contribuição para a busca de plataformas de equilíbrio social nas futuras grandes potências mundiais.

Esta será porventura a tarefa mais nobre que a Europa pode desempenhar e a que mais pode vir a contribuir para a paz no mundo.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

4. O modelo social europeu não é intocável e, perante as mudanças que se operam por todo o lado, esse modelo não vai ficar à margem dessas mudanças.

A questão fundamental é saber se a Europa tem capacidade para gerir e controlar essas mudanças, adaptando o modelo social europeu a uma nova realidade, preservando contudo os valores que são a sua essência.

É certo que a União Europeia não pode deixar de ser competitiva face ao exterior.

E para que tal seja possível há que encetar, no seu seio, reformas de diversa natureza, a começar pela alteração de comportamentos e atitudes por parte de empresas e de trabalhadores, no sentido de fomentar os níveis de confiança entre as partes.

É muito importante e urgente que, neste tipo de relações, uma cultura baseada na cooperação ocupe progressivamente o espaço da cultura que tem sido a dominante e que se baseia no conflito.

Esse caminho será tanto mais fácil de percorrer, quanto maior for o nível de confiança mútua.

Ora, os níveis de confiança serão tanto mais elevados, quanto mais intensificado for o diálogo social.

E, quanto maior intenso for o diálogo social, maior transparência existirá nas decisões relacionadas com processos de ajustamento ou de reestruturação.

Daí que os agentes políticos europeus não podem, nas actuais circunstâncias, deixar de reflectir na necessidade de rever e modernizar os mecanismos legais que se referem aos processos de consulta e participação dos trabalhadores, no sentido de se vir a obter um enquadramento legal que promova a articulação do diálogo social, não só a nível dos Estados Membros, mas também a nível europeu.

5. Tenhamos a noção que qualquer mudança implica sempre riscos.

Numa época onde as mudanças se sucedem a um ritmo que nunca foi experimentado noutra época da história, há que, por todos os meios, tentar minimizar os riscos que lhes estão associados.

A forma mais directa de os minorar é através da promoção de mais segurança na mudança.

Sinceramente, não gosto do termo flexigurança.

Prefiro antes segurança na mudança, porque entendo que quanto mais risco houver, mais segurança há que garantir.

A segurança tem de preceder a flexibilidade, pois só quem está seguro de si e das condições que o rodeia é que pode ser mais flexível.

Por isso, ao contrário de muitos, na minha família política no Parlamento Europeu, eu defendo que, nas actuais circunstâncias, onde grassa a incerteza, precisamos ainda de mais protecção pois o nosso tempo é de riscos acrescidos.

Há, por isso, que discutir como é que, de acordo com as características próprias da cada Estado Membro, se pode dar mais segurança para aqueles que, perdendo um posto de trabalho, não pressentem nenhuma solução.

6. Já anteriormente referi que para além da globalização a Europa vai enfrentar outro grande constrangimento, como resultado da evolução demográfica, que vai pressionar de forma muito significativa as finanças públicas.

Se é verdade que as questões referentes à segurança social são matéria da competência dos Estados Membros, também é certo que estamos perante um problema que é comum a todos os Estados Membros.

Deste ponto decorre que me parece fundamental abrir uma discussão alargada sobre formas alternativas de financiar os sistemas de segurança social.

Um sistema cujo financiamento é assegurado exclusivamente pelos salários justificava-se num tempo onde o modelo de produção se baseava na mão de obra intensiva.

Nas actuais circunstâncias, há que ponderar sobre formas alternativas de financiamento, até porque a carga fiscal sobre o factor trabalho é demasiado elevada para as próprias empresas e, como tal, não favorece a criação de emprego.

7. Falar de desafios europeus obriga também a que se analise os meios financeiros disponíveis que, como todos sabemos, são sempre escassos.

Falta de transparência e de discussão quase linha a linha sobre quem é o contribuinte líquido são apenas dois dos sintomas que atestam que o modelo de financiamento da União Europeia está doente.

As últimas negociações sobre as Perspectivas Financeiras (2007-2013 evidenciaram que o modelo de financiamento da União Europeia está, de facto, esgotado.

Adicionalmente, não preciso lembrar que a contribuição máxima para o orçamento da União continua a ser de 1,24%, desde as últimas duas décadas.

Entretanto, a UE ratificou três tratados, tiveram lugar três alargamentos e assumiu mais responsabilidades.

Actualmente, 85% dos recursos financeiros da União Europeia não são verdadeiros recursos próprios, pois têm origem nos orçamentos nacionais dos Estados Membros.

A situação actual não está sequer de acordo com o Tratado de Roma, em que se estabelece claramente que o financiamento da União Europeia deve ser baseado em recursos financeiros próprios e não em contribuições nacionais.

A necessidade de alterar o modo como a União Europeia é actualmente financiada vai seguramente transformar-se num enorme desafio.

8. Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Temos de reconhecer que muitos cidadãos não acreditam que a Europa seja capaz de ultrapassar as dificuldades que atravessa e que surgiram como resultado dum mundo mais globalizado e com grandes preocupações em torno de ganhos de competitividade.

Temos de aceitar que nós, europeus, ainda não convivemos bem com a globalização.

Mais do que vantagens e oportunidades, o que se sente é mais uma séria ameaça ao bem estar de largos estratos da sociedade europeia.

E isto é tanto assim que já não se assiste nas ruas a uma onda de reivindicações por mais garantias e direitos, mas tão só a uma visível preocupação com a manutenção das coisas tal como estão.

A distância entre o discurso europeu sobre a necessidade de adaptação às mudanças e as realidades concretas do dia a dia dos cidadãos tem contribuído para o aumento da falta de confiança, entre cidadãos e instituições europeias.

Essa confiança só poderá ser recuperada se os caminhos do crescimento económico, da criação de emprego e do reforço da coesão social forem encontrados.

E o crescimento económico pode ser fomentado, a nível europeu, por várias formas.

Em primeiro lugar, através de uma melhor coordenação entre a política monetária, decidida pela União Europeia, e a política económica decidida pelos Estados Membros.

Deve dizer-se que, enquanto a nível da política monetária a União Europeia avançou muito, no que respeita à coordenação das políticas económicas e fiscais há muito por fazer.

Uma melhor coordenação destas políticas entre os vários Estados Membros será meio caminho andado para a animação da actividade económica e para a criação de emprego.

O segundo instrumento tem a ver com o desenvolvimento do Mercado Interno que tem ainda muito potencial para desenvolver.

O que até aqui foi feito a nível de livre circulação de serviços é ainda insuficiente.

A nível de serviços financeiros está praticamente tudo por fazer.

Mesmo a nível da liberdade de circulação de pessoas ainda há sérios obstáculos a remover.

Um mercado interno a funcionar em pleno traria enormes vantagens à economia europeia como um todo, nomeadamente através de um maior crescimento económico e, por essa via, de criação de mais emprego.

O relatório sobre o futuro do modelo social europeu, de que tive a honra de ser relator, aprovado pelo Parlamento Europeu por uma larguíssima maioria – perto de 80% dos votos, o que significa um amplo consenso entre as grandes famílias políticas europeias – aponta na mesma linha.

A leitura política da votação desse relatório não podia ter sido mais clara.

Se é reconhecida a necessidade de encetar reformas no modelo social europeu, por outro lado, é recusada a via do seu desmantelamento e, muito menos, a possibilidade de se vir a desrespeitar os valores que são a sua origem e que acabam por se confundir com os fundamentos do próprio projecto de integração económica e política europeia.

9. Para terminar, gostaria de expressar a minha vontade que vai no sentido de ver incluído no novo Tratado Constitucional o texto da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.

Defendo esta posição de forma convicta porque tenho a noção que se falharmos na tarefa de nos modernizarmos a nós próprios, aparecerão reforçadas as forças que apoiam os mercados não regulados e a liberdade ficará reduzida para benefício de uma minoria de privilegiados, o que porá em causa o próprio sonho do projecto europeu e os valores a ele associados

É por esta razão que entendo que o maior dos desafios europeus é tentar manter em cena os valores essenciais que estiveram na base do modelo social com quem convivemos durante as últimas seis décadas.

Por isso, e com isto termino, nunca como agora foi tão necessário convocar a política social para o centro do debate da política europeia.

Muito obrigado.